



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16326 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT13 - Educação Fundamental

EXCLUSAO ATIVA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DO INTERIOR DE PERNAMBUCO

Julyana Nascimento de Andrade - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Alice Miriam Happ Botler - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

EXCLUSAO ATIVA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DO INTERIOR DE PERNAMBUCO

1 INTRODUÇÃO

A Constituição brasileira já anunciava em 1988 que a educação é um direito de todos e dever do Estado, portanto, a escola pública é obrigatória e de acesso a todos os indivíduos, sendo de caráter obrigatório para crianças e adolescentes em idade escolar e optativa para as pessoas que não concluíram os estudos na idade prevista.

Do ponto de vista da obrigatoriedade do ensino escolar público e gratuito, algumas normativas preveem de que forma esse ensino deve ocorrer, sendo uma das principais o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal. Essa lei define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam Proteção Integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado.

Em seu artigo 53, destacamos os incisos:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; Estatuto da Criança e do Adolescente 39

V - Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Como vemos, além da obrigatoriedade de oferta da educação básica gratuitamente e de qualidade, os educandos precisam ter condições de acesso e permanência na escola, bem como serem respeitados pelos seus educadores.

Entendemos então que, mesmo que um estudante seja considerado como um “aluno-problema” ou seja, que não se adeque aos padrões de desempenho e/ou comportamento pretendidos pela escola, esta deve elaborar estratégias para a manutenção da sua matrícula, sendo aconselhado, sempre que possível, evitar a expulsão, assim como a transferência de instituição escolar, já que é assegurado que existam vagas na escola mais próxima à casa do estudante.

No entanto, notamos que existem certas estratégias das políticas educacionais que vem contribuindo para a exclusão, a exemplo das políticas de avaliação em larga escala, que promovem a competição e o ranqueamento das escolas, de seus professores e alunos, eventualmente gerando até pedidos de transferência por parte dos próprios estudantes.

Essas estratégias são desenvolvidas a partir de uma visão gerencialista da educação, e homogeneízam certo perfil de aluno padrão, excluindo aqueles tidos como não adequados, com menor desempenho nos testes em larga escala, e cujos resultados afetam a escola como um todo.

Portanto, nosso objetivo para este trabalho é o de compreender como a **EXCLUSÃO ATIVA** dos “alunos-problema” afeta uma escola no interior de Pernambuco.

2 RETRATOS DE UMA EDUCAÇÃO GERENCIALISTA

A Constituição brasileira de 1988 também é chamada de constituição cidadã, em razão de, ao longo da sua redação, elevar a sujeitos de direitos mulheres, crianças e indígenas, abrindo precedentes para a criação de outras normativas que ampliem e garantam esses direitos:

A Constituição Federal do Brasil de 1988 ampliou, expressivamente, a abrangência dos direitos e garantias fundamentais. Desde o seu preâmbulo, é prevista a estruturação do Estado de direito fundado na democracia, com o objetivo de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais. A liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, plural e não discriminatória (Nascimento. Cury, 2020 p. 684)

As normativas daí decorrentes surgem como uma forma de fazer com que a educação tenha certo grau de equidade entre as classes sociais, já que foram criados instrumentos jurídicos, financeiros e políticos que assegurassem a ampliação da educação, como uma tentativa de reduzir as desigualdades sociais e as marginalidades. Sobre o conceito de marginalidade, entendemos que

Ora, percebe-se facilmente que ambos os grupos explicam a questão da marginalidade a partir de determinada maneira de entender as relações entre educação e sociedade. Assim, para o primeiro grupo a sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, tendendo à integração de seus membros. A marginalidade é, pois, um fenômeno acidental que afeta individualmente a um número maior ou menor de seus membros o que, no entanto, constitui um desvio, uma distorção que não pode como deve ser corrigida. A educação emerge como um instrumento de correção dessas distorções. (Saviani, 1999 p.16)

O autor entende que as desigualdades ou as marginalidades de cada época moldam o que se torna importante corrigir na educação e, neste sentido, a pedagogia tradicional teria surgido a partir de um modelo burguês de “superação da ignorância” já que a grande maioria da população da época não tinha acesso à escola e passa a ter, então a educação precisa passar a ser abrangente e universal.

Saviani, em sua obra clássica, refere-se ao contexto do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e, desse período para cá, a educação brasileira demonstra avanços “uma vez que não há mais reprovação em massa, há vagas nas escolas para todas as crianças e todos os adolescentes em faixa escolarizável e observa-se redução da evasão” (autora, 2023 p. 27). A marginalidade nesse período é apontada no contraponto entre a qualidade da educação e a Nova Gestão Pública, que incorpora alguns princípios da gestão privada e de mercado na administração do setor público, observada em aspectos como a descentralização da educação, os testes de larga escala e os rankeamentos, tanto nacionais quanto internacionais das escolas.

Em outras palavras, é uma delegação de competências sem o deslocamento do poder decisório, o que gera uma responsabilização dos sujeitos locais pelos sucessos e insucessos produzidos, numa abordagem constituída a partir do discurso da meritocracia (Autora, 2023 p. 29)

O fracasso escolar, caracterizado pela não progressão, não avanço dos estudos para o ensino superior ou técnico ou a evasão escolar são entendidos como responsabilidade individual, não coletiva, baseado na meritocracia. A meritocracia induz a uma hierarquização que privilegia alguns aspectos em demérito de outros, o que se traduz na reprodução das desigualdades de todas as

ordens.

O fracasso escolar também emerge por meio de indisciplinas e a violências, relacionado, geralmente, às dificuldades de aprendizagem, pois não progredem com tanta facilidade nos anos escolares. Indisciplinas e violências escolares também surgem do sentimento de injustiça, principalmente em razão da falta de escuta ou diálogo:

As injustiças geram sentimentos de mal-estar, suscitando violências e conflitos e são, a nosso ver, fruto da ausência de ações educativas/preventivas, que poderiam minimizar suas consequências. Tal processo revela a conexão de conflitos, indisciplinas e violências escolares com as noções e sentimento de injustiça vividas (Autora, 2016 p. 721)

Percebemos então que existe uma relação entre o sentimento de injustiça e as violências e indisciplinas escolares. Analisamos as violências e os conflitos escolares a partir das razões pelas quais os sujeitos encontram para justificá-las:

As violências podem se materializar como ações autoritárias de uma parte, agressão física ou verbal, intenção de destruição ou prejuízo ao outro, o que nem sempre se circunscreve ao âmbito escolar [...] Já as indisciplinas dizem respeito ao descumprimento de regras, o que costuma ocorrer quando as regras não são bem delimitadas e tampouco há rigor no zelo por seu cumprimento (autora, 2016 p. 722-723)

As violências nem sempre podem ser resolvidas na escola, já as indisciplinas ocorrem a partir do não conhecimento ou de regras não bem delimitadas, acarretando no não cumprimento delas. As indisciplinas podem refletir também a indignação frente ao sentimento de injustiça sentida pelos alunos já que

As indisciplinas podem, portanto, ser o retrato de como a gestão/equipe escolar concebe e se envolve –ou não- com as necessidades de seus alunos. E quanto maior essa distância, há mais probabilidade de ocorrerem situações de violências (Autora, 2016 p. 728)

O envolvimento com as necessidades dos estudantes pode se dar de várias formas desde o diálogo com possíveis organizações estudantis que existam na escola até a acessibilidade para pessoas com deficiência. As desigualdades sociais se refletem na escola, portanto, alunos provenientes de famílias desestruturadas, com presença do alcoolismo e do uso de drogas são relativamente comuns nas escolas brasileiras, assim como a diferença de renda e de raça. Nesse sentido

É urgente retomar essa relação não superada entre educação e desigualdades [...], porque as desigualdades não só continuam, mas se aprofundam e vitimam milhões de famílias e alunos(as) pela miséria, o desemprego, a sobrevivência nos limites, a violência. As desigualdades dos coletivos sem-teto, sem-terra, sem-espaço, sem-comida, sem-universidade, sem-territórios entram na escola como nunca antes e interrogam as políticas educativas, sua gestão e suas análises. (Arroyo, 2010 p. 1384)

O autor denuncia como as desigualdades sociais são imprescindíveis na discussão sobre educação, já que o público que entra na escola pública é muito diverso em seus contextos e em suas necessidades, e questiona o direcionamento das políticas educativas, sua gestão e análise, especialmente se a escola tem seu foco nos resultados de testes de larga escala. As desigualdades reproduzidas geram exclusões do processo educacional. Especificamente em relação ao ensino médio, a autora aponta que (autora 2023 p. 37)

Não obstante essa realidade que desvela problemas estruturais de nossa sociedade, a pesquisa que empreendemos revelou-nos outros processos geradores de desigualdades e marginalidades, entre os quais destacamos: a *exclusão ativa* dos estudantes mais vulneráveis das EREMs, tais como jovens trabalhadores, estudantes com deficiência [...] indisciplinados ou que estão fora de faixa [...] a exclusão colateral, conseqüente de um ambiente escolar de alta competitividade entre estudantes e entre escolas [...] com isso, observa-se a produção de um *ambiente profissional hostil e excludente* também para o professorado (marcações originais)

Os autores notam o adoecimento tanto dos alunos quanto dos professores com o sistema de competição entre as escolas devido a pressão imposta para a obtenção dos melhores resultados possíveis e na responsabilização individual, que pode resultar na exclusão ativa daqueles. Entendemos a *exclusão ativa* como sendo

Provocada sistematicamente na própria escola, de modo deliberado. Isto é, a prática governamental de recompensar os trabalhos da educação a partir do alcance de resultados ascendentes nos testes de larga escala força a escola a assumir um conjunto de comportamentos promotores de exclusão (autora, 2023 p. 37-38)

A busca da escola pelos melhores resultados nos testes de larga escala provoca esta forma de exclusão ativa. Ela pode ocorrer de diversas formas, sendo que a mudança de turno do estudante, ou a implantação do ensino em tempo integral, ou sua realocação para a Educação de Jovens e Adultos, gera como principais atingidos por essa exclusão os estudantes de baixo desempenho, por consequência os alunos tidos como indisciplinados e violentos. Estes aspectos nos levaram a desenvolver um estudo de caso em uma escola pública localizada no interior de Pernambuco, caracterizada pela presença de violências e indisciplinas no seu cotidiano.

3. O ESTUDO DE CASO

O presente trabalho faz parte de pesquisa de mestrado, em que desenvolvemos um estudo de caso em uma escola municipal dos anos finais do ensino fundamental, localizada no interior de Pernambuco, a 135km da capital,

Recife.

A cidade tem aproximadamente 20 mil habitantes, é fortemente influenciada por práticas vinculadas ao patriarcado, sendo a religiosidade cristã hegemônica. Além disso, práticas de clientelismo e a predominância de grupos familiares se revezam no poder influenciando as políticas educacionais (BARROS, 2004). Esses marcadores são importantes para perceber como as práticas sociais são postas no município, desde a convivência intrafamiliar até as práticas escolares.

No ano de 2023, a cidade conta com 24 escolas municipais, sendo 07 escolas localizadas na sede municipal e dos distritos. Destas, optamos por investigar a maior escola do município, também caracterizada por indicadores de violências, que atende apenas os anos finais do ensino fundamental, e contava com 661 matrículas no ano de 2023.

Entrevistamos professores, gestores e ex-alunos da escola, em horários e locais escolhidos pelos entrevistados, com base em um roteiro semiestruturado de perguntas, permitindo maior liberdade de fala para os indivíduos.

A exclusão ativa não foi um dos temas abordados na pesquisa, mas foi citado quando perguntados sobre quais as punições que eram dadas aos alunos violentos e indisciplinados e se elas eram justas ou não

Então o aluno indisciplinado, ele não é punido apenas do ponto de vista de ser afastado da sala de aula, ser suspenso, ele não é punido apenas porque chama a mãe, ele não é punido apenas porque tem que assinar lá um termo de compromisso, uma cartinha, se comprometendo de que ele não vai mais cumprir aquele determinado tipo de comportamento, mas também ele é o sujeito que reprova, ele é o sujeito que é punido pela perspectiva mesmo da reprovação. No ato da avaliação de classe, do conselho de aula, muitas vezes se leva em consideração também o comportamento desses meninos para a progressão ou não progressão desses sujeitos. Então esses meninos que acabam sendo indisciplinados, eles são premiados, por exemplo, com o afastamento do ensino regular e mandados para a EJA, que era boa parte desse período acontecia num período noturno, ou seja, inviabilizava a frequência desses meninos no mesmo ambiente em sala de aula. (P3)

Como citado, sabemos que os estudantes não podem ser impedidos diretamente de frequentar a sala de aula, mas existem algumas formas de excluir aquele “aluno-problema” da escola, seja pela não progressão nos estudos, deixando o estudante sem estímulo para continuar na escola e acabar evadindo, seja pela realocação para um turno que, pela distância, por razões de trabalho ou transporte, não possa frequentar ou pela realocação de todos os “alunos-problemas” para uma mesma modalidade: a Educação de Jovens e Adultos, que já de início tem a proposta de abarcar um público ainda mais diverso do que o ensino regular.

Os estudantes que passam pelo processo de exclusão ativa ainda têm um recorte de classe muito presente. Nessa escola existem crianças e adolescentes de várias classes sociais, como pontua a ex-coordenadora:

Tem gente bem de vida, gente que são feirantes, que vive da sulanca, tem os meninos que vêm dos sítios que também tem déficit de aprendizagem, tem aqueles meninos que vêm dali da [...], especificamente, e alguns bairros da cidade, que também vêm com uma parte social muito baixa, sabe? Que vive do Bolsa Família. Então, dentro da sala de aula, a gente tem aquele aluno que vive do Bolsa Família, aquele aluno que vive da Sulanca, aquele aluno que carrega frete, e ali a gente mistura tudo. Então essa mistura, existe um desgaste entre eles mesmos, entre os próprios alunos. Eles formam as suas panelinhas de acordo com o que eles vivenciam. E aí muita gente, há um certo preconceito entre eles próprios.

A diversidade socioeconômica familiar faz com que os alunos se diferenciem uns dos outros, mas também que professores e funcionários escolares os diferenciem entre si, muito influenciados por estereótipos, como os alunos da zona rural que tem déficit de aprendizagem ou os alunos de alguns bairros específicos que são mais violentos ou indisciplinados do que os outros. Notamos que

Onde estão mais concentradas a repetência, a evasão e distorção é nas camadas sociais que apresentam milhares de outros indicativos de desigualdade social. Você vê que pretos e pardos têm a distorção de série maior, e que eles são a grande maioria dos alunos das escolas públicas (Barros, 2022 s/p)

O extrato se refere às pesquisas educacionais em âmbito nacional em relação aos pretos e pardos. Na escola pesquisada nota-se preconceito de raça, mas acontece principalmente em relação ao lugar social, já que, por ser a única escola da sede municipal que oferta os anos finais do ensino fundamental, muitos tipos de crianças e adolescentes a frequentam, já que as escolas particulares são de pequeno porte e, para frequentar escolas maiores, é necessário o deslocamento de uma cidade para a outra.

Mas também notamos que o maior índice de evasão escolar, realocação para outras turmas ou a Educação de Jovens e Adultos e a não progressão escolar está diretamente relacionada a alunos provenientes de um bairro em específico, conhecido por ser o bairro mais pobre do município, o que reflete a perpetuação da sua exclusão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra a exclusão ativa de estudantes em idade escolar tidos como indisciplinados ou violentos, que não se adequam ao padrão homogêneo pretendido pelas políticas gerencialista cujo foco é a educação por resultados. As estratégias para essa exclusão são muitas, dentre as principais observadas estão a mudança no turno escolar ou de modalidade e a não progressão nos estudos, que fazem com que os estudantes sejam desestimulados a frequentar a escola,

provocando a evasão e a perpetuação dos padrões de exclusão social cuja escola é reflexo.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão ativa; Violências e Indisciplinas; Exclusão escolar

REFERÊNCIAS

ARROYO. Miguel. Políticas educacionais e desigualdades: á procura de novos significados. **EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**, Campinas, v. 31, n 113, p. 1381-1416, out-dez 2010.

AUTORA. Injustiça, conflito e violência: um estudo de caso em escola pública de Recife. **CADERNOS DE PESQUISA**. V.46 n.161 p. 716-732 jul./set. 2016

AUTORA. **ESCOLA E DEMOCRACIA:** entre políticas e práticas. Curitiba: Appris, 2023.

BARROS, Ana Maria de. **EDUCAÇÃO E CLIENTELISMO:** os Educadores e a Educação Municipal no Nordeste. João Pessoa: Ideia, 2004.

NASCIMENTO, José Almir do; CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação no horizonte da proteção integral infanto-adolescente. **CADERNOS DE PESQUISA**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 679-697, jul/set 2020.

SAVIANI, Dermeval. **ESCOLA E DEMOCRACIA:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.S)